



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 93/2025

I – RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei nº 93/2025, de iniciativa da Mesa Diretora, que insere dispositivos que especifica à Lei nº 2.710, de 14 de julho de 20225, que concede auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 4 de novembro de 2025. Em seguida, foi distribuído às Comissões Permanentes pelo presidente da Câmara nos termos do art. 134, do Regimento Interno (fl. 11).

Uma vez distribuído à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, reservei a matéria para relatá-la, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Encontra-se anexado aos autos do presente processo legislativo o relatório de impacto orçamentário e financeiro e a declaração do ordenador de despesas da previsão de dotação orçamentária ou adequação orçamentária (fls. 8 a 10).

De posse do processo legislativo, na condição de relator, passo a exarar o parecer pelas competências da comissão previstas no art. 80 do Regimento Interno, pelos seguintes pressupostos de ordem orçamentária e financeira:





Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo



II – DOS PRESSUPOSTOS DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

Trata-se de alteração de lei ordinária que concede o auxílio alimentação aos servidores do quadro da Câmara Municipal de Nova Venécia-ES, para fins de que no mês de dezembro, exclusivamente neste mês do ano, o pagamento de natureza indenizatória do auxílio alimentação seja em dobro ao valor dos demais meses do ano.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o demonstrativo ou relatório de impacto orçamentário e financeiro elaborado pelo Departamento competente da Câmara Municipal.

A matéria está de acordo com o que determina os arts. 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), considerando ainda que não se trata de geração de despesas de caráter continuado.

Conforme consta do relatório ou demonstrativo orçamentário e financeiro, há a previsão de dotação orçamentária suficiente para fazer face às despesas ocasionadas com a presente norma.

A proposição já fora objeto de análise da comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, tendo recebido o devido parecer técnico, opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição.

Para fins de justificar a presente proposição, reproduzimos o texto da mensagem em sua íntegra:

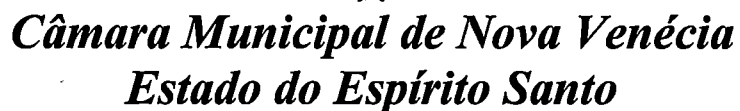
“Apresentamos, anexo à presente justificativa, para apreciação e deliberação dos órgãos competentes deste Poder Legislativo, o projeto de lei que acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 1º e o art. 1º-A à Lei nº 2.710, de 14 de julho de 2005, que concede auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

A iniciativa tem fundamento no art. 16 da Lei Orgânica do Município, de competência da Mesa Diretora, e observado o princípio da separação dos poderes previsto no texto do art. 2º da Constituição Federal, reproduzido no art. 8º da Lei Orgânica.

As normas de indenização não se enquadram em ganhos habituais, pois objetivam indenizar gastos que ocorrem em face das necessidades em deslocamentos, alimentos, dentre outros dessa natureza.

A proposição objetiva conceder uma perspectiva melhor de um período em que os servidores possuem maiores gastos em decorrência do fim do ano, em que envolve maior consumo em restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos que fornecem comidas e alimentos diversos.





JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS

Presidente da CFO - Relator
Vereador pelo PRD

SAULO DE SOUZA RIBEIRO

Vice-Presidente da CFO
Vereador pelo PL